

# *Dinâmica recente das economias regionais brasileiras*

*Leonardo Guimarães Neto\**

## INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo resumir os temas principais de aulas ministradas no Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional, promovido pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e ILPES (Instituto Latino-americano y del Caribe de Planificación Económica y Social), além da CEPAL/Nações Unidas, no Laboratório Integrado de Desenho de Estratégias Regionais (LIDER), de 1995.

O texto foi elaborado com base nos trabalhos desenvolvidos recentemente pelo autor e por outros economistas, sobretudo no âmbito da pesquisa Balanço e Perspectiva do Federalismo Fiscal no Brasil, realizada no Instituto de Economia do Setor Público (IESP), da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). Vincula-se mais diretamente aos trabalhos desenvolvidos em um dos subprojetos, o da Evolução e Perspectiva das Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, que contou com a participação de vários pesquisadores.<sup>1</sup>

Além desses trabalhos, foi consultada a produção recente sobre a questão regional brasileira, notadamente a que vem discutindo os processos de desconcentração e reconcentração da atividade econômica no território brasileiro.

---

*\* Economista, Professor adjunto do Departamento de Economia e do Mestrado de Economia da Universidade Federal da Paraíba.*

<sup>1</sup> *Entre eles, deve-se fazer referência aos seguintes, com seus respectivos trabalhos utilizados para elaboração deste texto: George Martine (1994), Sérgio C. Buarque, Antônio Duarte Lopes, Teresa Caíno Rosa (Buarque; Lopes; Rosa, 1994), Tânia Bacelar de Araújo (1994), Osmil Galindo e Valdeci Monteiro (Galindo; Monteiro, 1994), Clélio Campolina Diniz e Fabiana Borges Teixeira dos Santos (Diniz; Santos, 1994), Pedro Bandeira (1994).*

São apresentadas a seguir as principais constatações relacionadas com a evolução recente das regiões brasileiras, decorrentes de processos verificados nas últimas décadas. No início, deverão ser examinadas: as diversas dimensões que tem apresentado o processo de desconcentração espacial que ocorreu recentemente no País; faz-se um destaque para a desconcentração das grandes frações do capital; em seguida, pretende-se explicitar alguns dos fatores determinantes desse processo. Prossegue-se discutindo os impactos e implicações mais relevantes dos processos ocorridos, para, finalmente, examinarem-se os limites e tendências prováveis das economias das regiões e da distribuição espacial da atividade produtiva.

Antes de se examinar o processo de desconcentração, considera-se relevante que, a partir de alguns indicadores, sejam destacadas as diferenças e a heterogeneidade dos espaços regionais brasileiros, atualmente, não obstante a desconcentração ocorrida.

## A HETEROGENEIDADE DAS ECONOMIAS REGIONAIS

Poucas economias e sociedades possuem diferenças tão marcantes entre seus espaços regionais como a brasileira. Isto se expressa a partir da quase totalidade dos indicadores econômicos e sociais comumente utilizados nas análises regionais.

Da perspectiva econômica, algumas referências são suficientes para dar uma idéia da questão. O Sudeste, que representa 10,8% do território brasileiro, onde vivem 42,6% da população do País, concentra 59% do produto interno e 66% do produto industrial nacional. Isto representa um contraste evidente com a situação do Nordeste, onde vivem 28,9% da população e são gerados 13,6% do produto interno total e 12% do produto industrial (tabela 1).

Alguns indicadores são ainda mais enfáticos a respeito da concentração econômica. Na Região Metropolitana de São Paulo, nos seus menos de 40 municípios, está concentrado um valor da transformação industrial equivalente ao dos nove estados nordestinos somados aos três estados da região Sul.

Outros indicadores poderiam ressaltar as diferenças na estrutura produtiva das regiões, o grande diferencial de produtividade industrial e agrícola, bem como a grande concentração de segmentos estratégicos para a dinâmica econômica nacional, como a indústria de bens de capital e de bens de consumo não duráveis, numa só região e, praticamente, num só estado da Federação.

Relativamente aos indicadores sociais, é suficiente lembrar que a renda por habitante do Sudeste é quase três vezes (exatamente 2,9 vezes) maior que a do nordestino e que a de São Paulo é sete vezes maior que a do brasileiro residente no Piauí ou 5,5 vezes maior que a do maranhense ou paraibano.

As diferenças também são bastante expressivas quando são considerados os indicadores de esperança de vida e mortalidade infantil. No que se refere ao primeiro, o contraste Sudeste/Nordeste é muito expressivo: a estimativa mais recente para o Sudeste registra uma esperança de vida de 67,1 anos, enquanto para o Nordeste apresenta a cifra de 58,8 anos. No que se refere à mortalidade infantil, as taxas para o Sudeste e Nordeste são, respectivamente, de 33,9 e de 79,6 por mil nascidos vivos (tabela 1).

Um indicador que resume, também, as diferenças sociais entre os espaços brasileiros é o da incidência da pobreza e da indigência. As estimativas do IPEA, apresentadas no seu "Mapa da Fome"<sup>2</sup>, mostram que, no Nordeste, em 1990, a população indigente – aquela que poderia, no máximo, ter acesso a uma cesta básica de alimentos que garantisse o consumo considerado satisfatório por organismos internacionais, não considerando, portanto, outras necessidades básicas associadas à saúde, educação, transporte, lazer – alcançaria 40,9% da população total. No Sudeste tal participação alcançaria 12,4%, no Sul 18,1%, no Centro-Oeste 16,1% e no País em seu conjunto 21,9%. As diferenças se repetem quando se consideram as condições dos domicílios (abastecimento de água e esgotamento sanitário, por exemplo) ou indicadores de instrução e saúde, mas também estão presentes nas relações de trabalho ou na cobertura em seguridade social das pessoas ocupadas (tabela 1).

TABELA 1 - INDICADORES DAS DESIGUALDADES REGIONAIS, NO BRASIL - 1985/1991

INDICADORES	ANO	REGIÕES					
		Norte	Nordeste	Sudoeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
População (%)	1991	7,0	28,9	42,6	15,1	6,4	100,0
População Rural (%)	1991	12,0	46,4	20,8	15,9	4,8	100,0
População Urbana (%)	1991	5,4	23,2	49,7	14,8	6,9	100,0
Produto T. (%)	1985	4,1	13,6	59,2	17,1	6,0	100,0
Produto Ind. (%)	1985	4,1	12,0	65,8	15,7	2,4	100,0
Prod. Agrícola (%)	1985	6,5	20,6	38,3	27,1	7,5	100,0
Produto Per Capita	1985	69,9	47,2	137,8	109,8	88,2	100,0
Esperança de Vida (anos)	1988	68,2 <sup>(1)</sup>	58,8	67,1	70,1	68,4	64,9
Mortalidade Infantil							
Indigentes (%)	1988	47,8 <sup>(1)</sup>	79,6	33,9	29,9	38,0	47,5
Na Própria População	1990	13,9 <sup>(1)</sup>	40,9	12,4	18,1	16,1	21,9
No Total do País	1990	2,2 <sup>(1)</sup>	54,5	25,2	12,9	5,2	100,0
População Ocupada sem Contribuição Previdenciária	1990	52,1 <sup>(1)</sup>	71,1	36,3	50,2	55,6	50,0

FONTES: IBGE, IPEA

(1) Somente população urbana.

<sup>2</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar.* Brasília: IPEA, 1993.

É importante ter em mente que as desigualdades se reproduzem no interior de cada região e estão associadas às desigualdades pessoais da renda, nas quais o Brasil é dificilmente superado no contexto internacional.<sup>3</sup> A este respeito é suficiente afirmar que algumas estimativas relacionadas com o coeficiente de Gini, calculado para a renda nas regiões brasileiras, mostram que a distribuição é mais desigual no Nordeste, por exemplo, do que no Sudeste, Sul e na média do País.<sup>4</sup>

## DIMENSÕES DA DESCONCENTRAÇÃO

Depois de um longo processo de concentração espacial da atividade produtiva, desde o início da sua industrialização, o País assistiu, a partir da segunda metade dos anos 70, a um processo de desconcentração espacial da atividade econômica que se manteve, pelo menos, até o início dos anos 90.

Essa desconcentração espacial ocorre numa fase que se seguiu à de consolidação do mercado interno brasileiro, quando desapareceram, do grande “arquipélago regional” que era o País, as “ilhas” formadas pelas regiões brasileiras, muitas delas mais articuladas com a economia mundial do que com a própria economia nacional. A nova fase significa a “superação” da articulação meramente comercial da região – na qual cada uma guardava, ainda, sua individualidade de espaço diferenciado – e se caracteriza pela transferência de capitais privados das regiões mais industrializadas e de capitais estatais na direção das regiões economicamente mais atrasadas. Nessa integração produtiva, diferentemente da articulação comercial anterior, o País começa a constituir-se em um sistema produtivo único, diferenciado e hierarquizado, com os grandes grupos econômicos marcando presença em todas as regiões.

A desconcentração ocorre, também, a partir do período pós-“milagre”, quando, na segunda metade dos anos 70, tem início o processo de desaceleração e o de intervenção inusitada do setor público na economia nacional, procurando manter as altas taxas que haviam caracterizado o dinamismo da economia nacional no ciclo expansivo do período 1967-73. Tal desconcentração prossegue nos anos 80, uma vez que o impacto negativo maior da crise e da instabilidade se concentra na área mais industrializada do País: no Sudeste e, em particular, em São Paulo e Rio.

Em resumo, no caso brasileiro atual, a desconcentração ocorrida não pode ser dissociada nem da integração produtiva, quando frações do grande capital passam a estar presentes nas regiões menos

<sup>3</sup>ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.). *O Brasil social : realidades, desafios, opções*. Rio de Janeiro : IPEA, 1993; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILLELA, Renato. *O Brasil social : um balanço de duas décadas*. In: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.). *O Brasil social : realidades, desafios, opções*. Rio de Janeiro : IPEA, 1993.

<sup>4</sup>ALBUQUERQUE; VILLELA.

industrializadas, nem do momento conjuntural vivido pela economia nacional de desaceleração e, posteriormente, crise e instabilidade econômica, na segunda metade dos anos 70 e na década de 80.

São várias as dimensões dessa desconcentração: regional, intra-regional e a que ocorre nos limites de alguns Estados importantes da Federação, como São Paulo. Além disso, ela se verifica no interior do movimento das grandes frações do capital, mais particularmente das maiores empresas.

No que se refere à dimensão regional, os dados do produto interno fornecem uma visão a respeito. Vale o registro de que a desconcentração ocorre mais intensamente no produto industrial do que no produto interno total, como mostra a tabela 2.

TABELA 2 - PRODUTO TOTAL, PRODUTO INDUSTRIAL E POPULAÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS - 1970/1985

REGIÕES E ESTADOS	PRODUTO 1970	TOTAL 1985	PRODUTO 1970	INDUSTRIAL 1985	POPULAÇÃO	
					1970	1971
Norte	2,2	4,1	1,1	4,1	3,9	6,9
Nordeste	11,7	13,6	7,0	12,2	30,2	28,9
Pernambuco	2,9	2,5	2,1	2,0	5,5	4,8
Bahia	3,8	5,2	2,5	5,2	8,0	8,1
Sudeste	65,5	59,1	79,1	65,8	42,8	42,7
São Paulo	39,4	35,4	56,5	44,0	19,1	21,5
Rio de Janeiro	16,7	12,3	15,3	11,8	9,7	8,7
Minas Gerais	8,3	9,8	6,9	8,6	12,3	10,7
Sul	16,7	17,1	12,0	15,7	17,7	15,1
Paraná	5,4	6,1	3,0	5,2	7,4	5,7
Santa Catarina	2,7	3,2	2,7	3,6	3,1	3,1
Rio Grande do Sul	8,6	7,9	6,3	7,0	7,2	6,2
Centro-Oeste	3,9	6,0	0,9	2,4	5,4	6,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1992 - IBGE

Estimativas feitas por técnicos da Fundação Getúlio Vargas<sup>5</sup>, com base em informações mais precárias do que as das estimativas do IBGE, assinalam a continuidade das referidas tendências para 1990. Esta constatação difere das conclusões de Wilson Cano em trabalho recente<sup>6</sup>, que será comentado mais adiante. Tomando-se um trabalho recente de Albuquerque e Villela<sup>7</sup>, que calcula o produto interno per capita das principais regiões de 1970 a 1988, obtêm-se as seguintes taxas anuais de crescimento entre esses dois anos: para o Nordeste, cerca de 3,5%; para o Sudeste, 2,9%; especificamente para São Paulo, 2,4%; para a região Sul aproximadamente 4,0%; no caso específico do Centro-Oeste, 4,5%. Para o Norte as informações não cobrem a população rural em 1998.

Da tabela 2, bastante expressiva por si mesma, vale apenas destacar as perdas de posição relativa do Sudeste e, no seu interior, de São Paulo e Rio, tanto em relação ao produto interno total como, em particular, ao produto industrial.

<sup>5</sup> KASZNAR, Istvan Karoly. *Análise da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) por estados - 1970/1990. Rio de Janeiro: s.n., 1990; RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Rio de Janeiro: mercado em crise? Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v.47, n.7, p.35-39, jul.1993.*

<sup>6</sup> CANO, Wilson. *Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1995. Texto apresentado no Seminário Internacional Impasses e Perspectivas da Federação no Brasil, 1995, São Paulo.*

<sup>7</sup> ALBUQUERQUE; VILLELA.

Como resultante, o que se assistiu no período foi à convergência da renda per capita das regiões no Brasil em torno da média nacional, com a renda das regiões menos desenvolvidas crescendo mais intensamente que a das regiões de renda por habitante maior que a média do País. Esta convergência ocorreu, vale lembrar, tanto na fase de expansão (com desaceleração), na segunda metade dos anos 70, como nos anos críticos da década de 80.<sup>8</sup>

A convergência constatada para as regiões se repete para os estados. Os que possuíam, em 1970, um nível de produto interno por habitante mais baixo que o do País, independentemente da região onde se localizavam, apresentaram uma tendência, em geral, a se aproximar da média brasileira. Os que registravam níveis mais altos reduziram suas diferenças com o passar dos anos. Ocorreram algumas exceções que merecem ser assinaladas: Acre e Amapá, na região Norte; Pernambuco e Paraíba, no Nordeste; e Rio Grande do Sul, na região Sul.<sup>9</sup>

No que se refere à desconcentração intra-regional, chama-se a atenção apenas para os casos do Sudeste e do Sul, onde esse processo ocorre com maior clareza. Na primeira região, os estados de maior renda, como São Paulo e Rio, perdem importância relativa em favor de Minas e Espírito Santo; no caso da região Sul, essa perda de posição relativa é sofrida pelo Rio Grande do Sul, relativamente ao Paraná e Santa Catarina.

Uma terceira dimensão, e da maior importância para o entendimento do processo mais geral de desconcentração, é a que ocorre no interior de algumas economias estaduais. O caso mais estudado é o de São Paulo. Nele, o que se registra é a gradativa perda de importância da Região Metropolitana de São Paulo em favor das demais sub-regiões.<sup>10</sup> Em 1970, a região metropolitana concentrava 43,4% do valor da transformação industrial do País e 74% do total de São Paulo; em 1985, tais indicadores eram, respectivamente, 29,4% e 56,6%. Foram as sub-regiões do interior que aumentaram sua participação na indústria nacional e em São Paulo.<sup>11</sup> Embora não estejam disponíveis estudos sobre a evolução das demais metrópoles regionais – salvo para a Região Metropolitana de Porto Alegre, para a qual também se verifica um processo de desconcentração<sup>12</sup> –, análises mais recentes sobre a dinâmica demográfica registram um processo de reversão da metropolização, através do qual o crescimento populacional passa a se manifestar mais intensamente nos centros intermediários. Tais informações sugerem que a desconcentração intra-estadual possa ter ocorrido de forma mais generalizada.

<sup>8</sup> GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Desigualdades regionais e federalismo: exame conjunto das regiões brasileiras*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

<sup>9</sup> GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Desigualdades...*

<sup>10</sup> SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo: 1920-1980*. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção economia paulista, v.1, n.2). Convênio UNICAMP; NEGRI, Barjas. *A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990)*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos de Jordão. Anais do... Campos de Jordão: ANPEC, 1992. v.2.

<sup>11</sup> DINIZ, Clélio Campolina; SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. *Região Nordeste: desempenho econômico, heterogeneidade estrutural e perspectivas*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994; NEGRI.

<sup>12</sup> BANDEIRA, Pedro Silveira; GRUNDLING, Nilton Artur. *Distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul: década de 70*. Porto Alegre: FEE, 1986.

## A DESCONCENTRAÇÃO E AS GRANDES FRAÇÕES DO CAPITAL

Outra dimensão do processo de desconcentração espacial é o que se constata quando se consideram as grandes frações do capital.

Quer se leve em conta as 5.000, as 1.000 ou as 500 maiores empresas, selecionadas pelos mais diversos critérios pelas revistas especializadas<sup>13</sup>, constata-se a redução do número de empresas localizadas no Sudeste – notadamente em São Paulo e Rio – e o seu aumento relativo nas regiões menos industrializadas. O que confirma aspectos que já haviam sido assinalados a partir dos agregados macroeconômicos.

Considerando-se as 1.000 maiores empresas que envolvem todos os setores produtivos<sup>14</sup>, percebe-se que o Sudeste, que detinha 80% das empresas em 1975, passou a concentrar 68% delas em 1990. São Paulo registrava 54% no primeiro ano considerado e passou a contar com 43% em 1990. Os dados da tabela 3 revelam com maior detalhe a evolução ocorrida.

É importante lembrar que a tendência à desconcentração foi constatada nos dois casos: tanto quando se considerou o número de grandes empresas como quando se levou em conta o seu faturamento ou receita.<sup>15</sup>

Deve-se registrar, também, como pode ser observado na tabela 3, que, contrariamente ao que ocorreu com a distribuição espacial das grandes empresas, os grandes grupos econômicos ou conglomerados mantiveram, no período analisado, o mesmo nível de concentração, com suas sedes localizadas no Sudeste. Relativamente a São Paulo, neste particular, o que se registra é uma significativa concentração dos maiores grupos econômicos. Agregue-se que, um exercício feito com base nos dados da revista *Visão*, as grandes empresas que constituíam os maiores grupos econômicos também registravam um processo de desconcentração espacial.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DOS MAIORES GRUPOS E DAS MAIORES EMPRESAS, SEGUNDO REGIÕES BRASILEIRAS - 1975/1990

REGIÕES	OS 100 MAIORES GRUPOS PRIVADOS		AS 1.000 MAIORES EMPRESAS	
	1978	1990	1975	1990
Sudeste	81	82	80	68
São Paulo	-48	-58	-54	-43
Rio de Janeiro	-27	-15	-21	-16
Sul	12	10	11	15
Nordeste	7	7	6	11
Norte	-	-	1	3
Centro-Oeste	-	1	2	3
TOTAL	100	100	100	100

FONTE: GAZETA MERCANTIL. Balanço anual; VISÃO. Quem é quem na economia brasileira.  
NOTA: Percentual calculado sobre o número de empreendimentos.

<sup>13</sup>VISÃO. *Quem é quem na economia brasileira*. São Paulo : DCI Editora Jornalística; GAZETA MERCANTIL. *Balanço anual*. São Paulo : Gazeta Mercantil; CONJUNTURA ECONÔMICA. *As 500 maiores empresas do Brasil*. Rio de Janeiro : FGV.

<sup>14</sup>VISÃO. *Quem é...*

<sup>15</sup>GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Regiões e grandes empresas no Brasil : um estudo exploratório*. Recife : CNPq, 1993; GUIMARÃES NETO, Leonardo. *O grande capital vai à periferia : regiões, conglomerados, grandes empresas e o estado*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte. *Anais do...* Belo Horizonte : ANPEC, 1993. v.1.

Essas informações mostram que, no processo de desconcentração das grandes frações do capital e, seguramente, no processo de **integração produtiva** antes referido, as grandes decisões relativas às estratégias de crescimento, diversificação produtiva e localização das grandes empresas continuaram extremamente concentradas. O que significa que permaneceu concentrado o centro de decisão, desconcentrando-se a base de operação do grande capital.

Ilustrações desse fato podem ser feitas a partir do processo de diversificação industrial da Amazônia e do Nordeste. Nesses casos parte significativa do capital investido com base nos incentivos regionais é controlada por capitais extra-regionais, em particular do Sudeste e de grandes grupos com sede em São Paulo.

O processo de desconcentração, no que se refere às grandes frações do capital, parece ter ocorrido de modo mais intenso no que se refere à indústria de transformação do que nos demais setores produtivos. Na tabela 4 assinala-se para o número de empresas e para o faturamento a posição de cada uma das regiões brasileiras.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS MAIORES EMPRESAS INDUSTRIAIS, SEGUNDO NÚMERO E FATURAMENTO - 1975/1990

ANO	DISTRIBUIÇÃO %					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Número de Empresas</b>						
1975	100,0	0,5	6,2	82,4	10,5	0,3
1980	100,0	1,9	8,2	74,3	15,3	0,3
1990	100,0	3,4	10,9	67,7	16,9	1,2
<b>Faturamento</b>						
1975	100,0	0,2	2,1	92,1	5,5	0,1
1980	100,0	1,1	4,1	87,0	7,7	0,1
1990	100,0	3,2	5,8	78,7	11,9	0,4

FONTE: VISÃO. Quem é quem na economia brasileira

Note-se que o Sudeste perde, no que se refere ao número de empresas, 14,7 pontos percentuais e, no tocante ao faturamento, cerca de 13,4 pontos. Os ganhos são perceptíveis em todas as demais regiões. Em termos relativos, cabe o destaque para a região Norte. Em termos absolutos, os ganhos são mais significativos no Nordeste e Sul. Nesta última região, o salto ocorrido no faturamento, entre 1975 e 1990, é, sem dúvida, significativo.

Não se pode minimizar, evidentemente, o processo de desconcentração ocorrido. No entanto, não se pode deixar de assinalar, neste particular, o significativo grau de concentração ainda existente na

economia nacional. O grande capital industrial está de fato localizado, ainda, numa só região, a Sudeste.

É importante lembrar que em trabalho recente Wilson Cano ressalta a inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil, através, sobretudo, das informações obtidas para a indústria de transformação. Neste particular, segundo sua análise, o Nordeste teria, a partir de 1985, perdido alguns pontos percentuais, notadamente no que se refere a Pernambuco e Bahia; a região Sul teria sido a que mais ganhou, em razão do melhor desempenho da agroindústria e da sua produção de máquinas agrícolas e tratores, material elétrico e de transporte. Quanto a São Paulo, as estimativas da participação do valor da transformação industrial no total do País teria sido de 51,9% em 1985, 49,2% em 1990 e 49,8% em 1994.<sup>16</sup>

A conclusão do referido economista é a seguinte:

Do balanço que se pode fazer do período 1985-94, e de novo advertindo sobre os problemas estatísticos, pode-se dizer que, se havia uma "tendência" reconhecidamente desconcentradora entre 1970 e 1985, dada a gravidade com que São Paulo é atingido em momentos mais duros da crise entre 1987 e 1990, ela se prolongaria até 1990. Contudo, ela já não se coloca de forma tão clara com os dados do período 1990-1994. Nele, enquanto a indústria de transformação do Brasil acumulou um crescimento de 9,2% a de São Paulo superou-a, atingindo 10,5%. Por pequena que seja a diferença entre esses números, ela poderia estar revelando não só a inflexão do processo de desconcentração, como, talvez, o início de uma "suave" reconcentração.<sup>17</sup>

Em trabalho recente, publicado pelo IPEA, Gustavo Maia Gomes e José Raimundo Vergolino destacam o menor crescimento do produto interno nordestino, em relação ao brasileiro, a partir de 1987.<sup>18</sup>

## FATORES EXPLICATIVOS DA DESCONCENTRAÇÃO OCORRIDA

São, sem dúvida, muito complexos os fatores determinantes e explicativos da desconcentração espacial ocorrida na economia brasileira, principalmente quando se leva em conta as suas múltiplas dimensões.

O que se pode afirmar com segurança é que tal processo não esteve associado a nenhuma estratégia ou política coerente de desconcentração levada adiante pelas esferas do setor público. Ela foi resultado, de fato, de alguns fatores determinantes cujo somatório

<sup>16</sup>CANO.

<sup>17</sup>CANO, p.9.

<sup>18</sup>GOMES, Gustavo Maia;  
VERGOLINO, José  
Raimundo. *A  
macroeconomia do  
desenvolvimento nordestino :  
1960/1994. Brasília :  
IPEA, 1995. (Texto para  
discussão, 372).*

redundou no processo de redefinição da localização da atividade produtiva no espaço nacional e ocorreu num contexto de políticas setoriais e espaciais contraditórias e divergentes.

Entre os fatos que influenciaram tal processo, podem ser lembrados os seguintes:

- a) a desaceleração da economia, após o ciclo expansivo da primeira metade dos anos 70, cujos efeitos negativos se concentraram na região e nos estados mais industrializados do país;
- b) as políticas setoriais que, em alguns casos, se somaram à atração dos incentivos fiscais e financeiros das políticas de desenvolvimento regional;
- c) as políticas regionais de desenvolvimento, algumas com fortes incentivos;
- d) as vantagens locacionais e possibilidade de exploração de recursos naturais, até então não incorporados ao sistema produtivo, surgidas com a criação de infra-estrutura de transporte e comunicações.<sup>19</sup>

Da perspectiva microeconômica, a presença, de um lado, de deseconomias de aglomeração em alguns espaços nacionais<sup>20</sup> e, de outro lado, a possibilidade de ocupação de espaços econômicos fora da região central, inclusive visando garantir posições de oligopólio, são fatores que não podem deixar de ser mencionados.<sup>21</sup>

Embora a atuação do Estado brasileiro, como foi dito, não tenha tido conotações bem definidas e suas políticas macroeconômicas, setoriais e espaciais tenham sido freqüentemente divergentes, contraditórias e sem objetivos coerentes no que se refere à questão espacial, não se pode deixar de enfatizar a importância do setor público no processo de desconcentração. Ele foi, sem dúvida, o grande protagonista neste particular.

O que é intrigante, quando se retorna aos períodos pretéritos, é que também o Estado brasileiro foi o grande protagonista da concentração espacial ocorrida no País, desde a consolidação do complexo cafeeiro e do início do processo de industrialização do País até o ciclo expansivo conhecido como o “milagre econômico”, no final dos anos 60 e início da década de 70.

O exame, extremamente resumido, de alguns casos específicos de desconcentração, pode ser útil para melhor apreciação do tema.<sup>22</sup>

Iniciando pela desconcentração espacial no interior da economia paulista, os estudos registram um número muito grande de

<sup>19</sup>DINIZ, Clélio Campolina. *Capitalismo, recursos naturais e espaço : análise do papel dos recursos naturais e dos transportes para a dinâmica geográfica da produção agropecuária e mineral no Brasil e seus efeitos no padrão regional brasileiro*. Campinas, 1987. Tese (Doutorado), UNICAMP.

<sup>20</sup>NEGRI.

<sup>21</sup>OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 3.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.

<sup>22</sup> Para maior detalhe, examinar: GUIMARÃES NETO, *Desigualdades regionais...*; MARTINE, George; DINIZ, Clélio Campolina. *Concentração econômica e demográfica no Brasil : recente inversão do padrão histórico*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.11, n.3, p.121-138, jul./set.1991; NEGRI, *A desconcentração...*; DINIZ; SANTOS, *Região Nordeste...*; MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Industrialização e desenvolvimento regional : a nova indústria do nordeste*. Brasília : IPEA/PLAN, 1983; OLIVEIRA, Francisco de. *A metamorfose da arribacã : fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste*. *Novos Estudos*, São Paulo : CEBRAP, n.27, p.67-92, jul.1990; ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste : evolução recente da economia regional*. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994; BANDEIRA, Pedro Silveira. *Evolução recente da economia da região sul*. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994; GALINDO, Osmil; MONTEIRO, Valdeci. *Centro-Oeste : evolução recente da economia regional*. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.

determinantes que não somente induziram à localização nas sub-regiões interioranas, mas à localização em estados próximos. Cabem destacar entre os determinantes:

- a política de exportação e seus impactos sobre a consolidação dos complexos agroindustriais vinculados à soja, café, laranja, carne e outros produtos agrícolas, somada à política de energéticos centrada no álcool, que privilegiaram a localização de atividades no interior do estado;
- as políticas de investimento do setor produtivo estatal, com destaque para as refinarias de Paulínia e São José dos Campos; a implantação de instituições de pesquisas que se associaram a empreendimentos produtivos (UNICAMP, ITA, CTA); as políticas estaduais de interiorização da indústria;
- as políticas ambientais restritivas da localização na região metropolitana, que se somaram às deseconomias de aglomeração;
- o fortalecimento das atividades sindicais na metrópole, comparativamente ao interior e a outros estados, induzindo ao deslocamento da atividade produtiva.<sup>23</sup>

Relativamente ao Nordeste e à Amazônia, dentre os fatores que seguramente influenciaram a implantação de empreendimentos de porte, não se pode deixar de considerar as políticas de desenvolvimento regional e os seus mecanismos fiscais e financeiros, em particular aqueles administrados pela SUDENE e Banco do Nordeste, SUDAM e Banco da Amazônia e SUFRAMA.

No entanto, essas políticas e seus mecanismos não explicam tudo. O exame mais cuidadoso mostra, no que se refere à Amazônia, que ao lado dos interesses aglutinados em torno das políticas regionais devem ser considerados os interesses dos grupos econômicos e de países que se associaram na montagem dos grandes empreendimentos de extração mineral e da metalurgia do alumínio.<sup>24</sup> O interesse do governo brasileiro à época, de gerar divisas para o pagamento da dívida externa, somou-se ao dos grandes grupos multinacionais e de outros países, como o Japão, que se ajustavam aos choques do petróleo. O Projeto Grande Carajás, a hidrelétrica de Tucuruí e a indústria metalúrgica do alumínio, intensiva em insumos energéticos, não podem ser entendidos sem a compreensão desse conjunto de relações que extrapolam as pressões e os interesses locais ou regionais.

<sup>23</sup> NEGRI, A desconcentração...; DINIZ; SANTOS, Região Nordeste...

<sup>24</sup> COSTA, José Marcelino Monteiro da (Org.). *Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas*. Belém: UFPA/NAEA, 1987. (Cadernos NAEA/UFPA); COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Impactos econômicos territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia*. In: COSTA, José Marcelino da (Org.). *Amazônia - desenvolvimento ou retrocesso*. Belém: CEJUP, 1992; MACHADO, Paulo Fernando. *O pólo siderúrgico de Carajás: gênese de uma nova região industrial?* Belém: UFPA, 1992; LOBO, Marco Aurélio Arbage. *Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte*. Belém: UFPA, 1989.

No caso do Nordeste, deve-se ressaltar o significado dos incentivos regionais, sobretudo na “nova indústria”. No entanto, no tocante ao Pólo Petroquímico de Camaçari, não se pode deixar de considerar o peso das políticas setoriais de substituição de importação de insumos básicos, em particular de petroquímicos (contempladas pelo II PND), cujas fontes de financiamento não se limitaram àquelas consideradas nas políticas de desenvolvimento da região.<sup>25</sup>

Em qualquer situação, o papel do Estado brasileiro foi de fundamental importância através da oferta de infra-estrutura, de incentivos fiscais e financeiros e, além disso, da articulação dos capitais envolvidos.<sup>26</sup>

No que se refere às políticas setoriais que favoreceram o Nordeste e a Amazônia, vale ressaltar que no primeiro caso, o do Nordeste, tal política estava associada ao esforço de complementação e consolidação da estrutura produtiva nacional, objetivo do II PND, enquanto no segundo caso, a de extração mineral e de produção de alumínio, tinha por base um esforço desesperado de gerar divisas para saldar os compromissos da dívida externa. Isto explica, em parte, as concessões feitas pelo governo brasileiro nas negociações, neste último caso.<sup>27</sup>

Quanto ao Sul, a explicação da desconcentração tem que ter por base a associação deste processo a um conjunto de políticas setoriais, notadamente a política de modernização da agricultura brasileira, concentrada em alguns estados da região, articulada a políticas de exportação que beneficiaram não só a produção agrícola e agroindustrial, mas a atividade manufatureira de calçados voltada para o comércio internacional. O desdobramento da expansão dessas atividades se fez sentir na indústria local de bens de capital, sobretudo na de máquinas e equipamentos associados a esses segmentos. Somese a isto a expansão da indústria química e petroquímica, motivada em grande parte por investimentos do setor produtivo estatal, sobretudo na economia paranaense e gaúcha.<sup>28</sup>

Em relação ao Centro-Oeste, ao lado de projeção das economias do Sudeste e, em particular, do Sul, através da expansão de diversos grupos econômicos ligados à atividade agroindustrial<sup>29</sup> e movidos pelo processo de modernização agrícola, não se pode deixar de considerar o papel dos incentivos fiscais e financeiros da SUDAM e do Banco da Amazônia em algumas de suas unidades federadas, sobretudo no Mato Grosso que, ao integrar a chamada Amazônia Legal, concentrou parte significativa dos projetos agropecuários incentivados. Além disso, foram definidos, para a região, vários programas governamentais específicos como o Polocentro, o Prode-

<sup>25</sup> GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ: MASSANGANA, 1989.

<sup>26</sup> MAGALHÃES, Industrialização...; OLIVEIRA, Francisco de. *A metamorfose...; ARÁÚJO, Nordeste...*

<sup>27</sup> LOBO.

<sup>28</sup> BANDEIRA, *Evolução recente...*

<sup>29</sup> CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. *Potencial do agrobusiness na fronteira*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos de Jordão. *Anais do... Campos de Jordão*: ANPEC, 1992; GALINDO; MONTEIRO, *Centro-Oeste...*

cer, o Provárzea, o Profir e o Polonoroeste, e outros que não se limitavam a atuar na região mas que tiveram impacto considerável em sub-regiões específicas, como os programas do Poloamazônia, Condepe, Prodepam e Prodegran.<sup>30</sup> Agregue-se a isto a diferença do preço das terras, relativamente ao Sudeste e ao Sul, e as possibilidades que foram abertas, a partir de pesquisas, para a utilização produtiva dos cerrados. Não se pode deixar de mencionar a presença, na região, do Distrito Federal e seu impacto sobre a atividade produtiva.

## IMPACTOS E IMPLICAÇÕES

O processo de desconcentração espacial, que ocorreu no interior do processo mais geral de integração produtiva das regiões brasileiras, deu lugar a impactos diferenciados nas várias regiões. O que vai ser apresentado a seguir é uma apresentação, extremamente resumida, de uma análise feita a respeito.<sup>31</sup>

**Estrutura Produtiva** – Em todas as regiões ocorreu a redução do produto agropecuário relativamente ao produto gerado prevalentemente na atividade urbana. Isto se verificou principalmente nos anos 70; houve um arrefecimento nos anos 80, com a crise e instabilidade que, como se assinalou, alcançou diferentemente as regiões. Não obstante a diminuição da participação relativa do setor, ocorreram transformações relevantes no seu interior, mesmo em regiões mais atrasadas economicamente como o Nordeste, com a expansão mais acelerada dos produtos voltados para a exportação e para o processamento industrial. Mais intensas foram, no entanto, as transformações na agropecuária do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, como a expansão e consolidação dos complexos agroindustriais nas primeiras regiões, e a expansão da fronteira agrícola e a formação de complexos no Centro-Oeste.

No entanto, é na atividade industrial que as mudanças são mais perceptíveis. No Norte, houve um significativo aumento na participação do grupo de indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital, que salta de 5% em 1970 para 48% em 1985, no total da indústria de transformação, o que está em grande parte associado ao grande número de empresas voltadas para a produção de eletroeletrônicos e eletrodomésticos na Zona Franca de Manaus. No Nordeste, o avanço ocorrido se dá na indústria de bens intermediários, que passa de 34% em 1970 para 48% em 1985, o que se deve à montagem do complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Com relação à região Sul, ao conservar sua participação na indústria de bens de consumo não-duráveis, ela avança sua participação no grupo de indústria de bens duráveis e de capital, associado, sobretudo, à produção de

<sup>30</sup> GALINDO; MONTEIRO,  
Centro-Oeste...

<sup>31</sup> GUIMARÃES NETO,  
Desigualdades regionais...

máquinas, equipamentos e implementos agrícolas voltados para a agropecuária da região.

Nos anos 80, em geral, e no início do anos 90, a crise e a instabilidade interrompem as grandes transformações em curso, sobretudo na economia urbana e em particular no setor industrial das diversas regiões. Há indício de alterações significativas, mais recentes, quando a economia nacional, principalmente a industrial, foi submetida, com a abertura parcial da economia, a uma maior competição externa. No entanto, não se tem, até o presente, uma idéia segura das mudanças que estariam ocorrendo na estrutura setorial ou na distribuição espacial da indústria.

**Divisão Regional de Trabalho** – O que resultou dessas transformações relativamente à divisão de trabalho entre as regiões brasileiras? De modo muito resumido, o que se pode afirmar é que do processo de desconcentração ocorrido não resultaram mudanças radicais na divisão regional de trabalho já presente na economia nacional. As razões são evidentes para que isso ocorresse desta maneira: (i) a grande herança de concentração na qual parte relevante da economia nacional localiza-se em uma só região, ou mais precisamente em um só estado; (ii) o curto período de vigência do processo de desconcentração; e (iii) o fato de ele ter ocorrido numa fase de desaceleração da economia (segunda metade dos anos 70) e de crise e instabilidade (anos 80).

O que resultou, portanto, foram modificações nas quais, fora da região industrial e hegemônica do país, surgem e se consolidam “especializações” regionais em áreas restritas do território brasileiro. A economia nacional constitui, no decorrer do processo de desconcentração, uma espécie de sistema planetário, no qual uma região central, onde se localizam as atividades mais relevantes e estratégicas na definição da dinâmica econômica nacional, possui no seu entorno pólos, eixos ou áreas econômicas especializadas que têm suas órbitas ao redor da referida região, com maior ou menor nível de articulação.

Embora no Sudeste e em São Paulo estejam concentrados os grandes grupos econômicos que comandam a atividade agrícola, industrial, da construção, comercial e dos mais variados serviços, constituem-se a região e o estado industrial por excelência. Com 59% do produto total do País, o Sudeste abriga 65, 8% do produto industrial; para São Paulo estes valores são, respectivamente, 35,4% e 44%. Além disso, não só parte relevante da indústria está localizada nesta região e estado, mas também aí estão concentrados os segmentos mais modernos e estratégicos de bens intermediários, de bens de capitais e de bens de consumo duráveis.

Nas demais regiões há maior concentração da atividade agropecuária. O Nordeste responde por 13,8% do produto total e registra 20,6% do produto agrícola; a região Sul, respectivamente, 17% e 27%; e o Centro-Oeste, 5,3% e 7,5%. O setor terciário, em geral, acompanha o percentual do produto total, com exceção da região Centro-Oeste, por conta do Distrito Federal.

No entanto, esta visão agregada das regiões não permite que se percebam algumas “especializações”, associadas ao processo de desconcentração ocorrido:

- a) *Região Norte*: é crescente a presença de segmentos da indústria de bens de consumo duráveis, a partir da criação do pólo eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus;<sup>32</sup> ao lado dele, merece registro a atividade extrativa mineral e metalúrgica, sobretudo vinculada ao alumínio, que se concentra no Pará e se prolonga até o Maranhão,<sup>33</sup> constituindo o surgimento de uma provável nova “região industrial”,<sup>34</sup> estudo recente do IBGE<sup>35</sup> destaca entre as áreas industriais brasileiras a de Manaus, cujo número de ordem no valor da transformação industrial é o oitavo, e que registra 1,47% do total desta variável no país;
- b) *Nordeste*: ocorreu a consolidação da indústria de bens intermediários concentrada na atividade petroquímica, na Bahia; a presença tradicional da indústria de alimentos e a têxtil, com alguns segmentos modernos e dinâmicos; e, mais recentemente, a diversificação da agropecuária, com a produção de grãos na parte ocidental da região e a produção agrícola e agroindustrial no submédio São Francisco; o estudo do IBGE, antes referido, destaca as áreas industriais de Fortaleza, de Natal, do Recife e de Salvador (esta última representa 3,7% do valor da transformação industrial nacional);<sup>36</sup>
- c) *Sul*: é mais complexa a sua “especialização”; não obstante a perda de posição na atividade agrícola (de 33,4% e 36,1% em 1970 e 1975 passa para 27,1% em 1985 no total do País), a presença dos complexos agroindustriais a partir de grãos e carnes garante um papel importante no contexto nacional; chama-se a atenção para o pólo de couro e calçados, com forte articulação com o mercado externo; um conjunto de segmentos que têm por base a madeira: móveis, papel e celulose; e o segmento metal-mecânico, voltado para máquina, equipamentos e implementos agrícolas e material elétrico;<sup>37</sup> em termos de áreas industri-

<sup>32</sup>BUARQUE, Sérgio C.; LOPES, Antero Duarte; ROSA, Teresa Cativo. *Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte*. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.

<sup>33</sup>BUARQUE; LOPES; ROSA, *Integração fragmentada...*; ARAÚJO, Nordeste...

<sup>34</sup>MACHADO.

<sup>35</sup>OLIVEIRA, Evangelina X. G. de; LA CROIX, Luisa Maria. *Áreas industriais : uma proposta de inovação na produção de estatísticas*. Rio de Janeiro : IBGE/DGC/DEGEO, 1994.

<sup>36</sup>OLIVEIRA; LA CROIX.

<sup>37</sup>BANDEIRA. *Evolução recente...*

ais,<sup>38</sup> merecem destaque, no Paraná, a de Curitiba (1,3% do VTI nacional, na nona posição), em Santa Catarina, as áreas de Blumenau (1,27% do VTI nacional) e a de Joinville (0,72%) e no Rio Grande do Sul a área industrial de Porto Alegre (a quinta no número de ordem no VTI no Brasil, com 2,49% do total do VTI), a de Novo Hamburgo (décima terceira, com 1,15%) e a de Caxias do Sul (com 0,7%);

- d) *Centro-Oeste*: merece destaque a produção de grãos, em particular a de soja (representava 12,5% do total nacional em 1980, alcança 43,7% em 1991) e a constituição de complexos agroindustriais a partir de capitais do Sudeste e Sul;<sup>39</sup> isto, sem fazer referência ao grande centro de serviços que é, na região, o Distrito Federal;
- e) *Sudeste*: ao considerar que se trata da região hegemônica e central, na qual se localizam a quase totalidade dos maiores grupos econômicos e os segmentos mais estratégicos da economia nacional, cabem destaques para os seguintes aspectos no contexto da desconcentração econômica a partir da Região Metropolitana de São Paulo:
  - (i) a maior diversificação da indústria de Minas e maior integração com a economia paulista com base no eixo São Paulo-Belo Horizonte, que se desdobra na direção da sub-região do Triângulo Mineiro;<sup>40</sup> (ii) a consolidação, no Espírito Santo, da produção siderúrgica e de papel e celulose; (iii) o deslocamento da indústria para o interior do Estado de São Paulo, e, simultaneamente, a consolidação dos complexos agroindustriais voltados para soja, laranja, café, carne e cana-de-açúcar; o aumento da produção petroquímica; o pólo eletroeletrônico de Campinas e o complexo tecnológico aeroespacial e da indústria bélica de São José dos Campos.

É importante considerar, ainda, que, em algumas das sub-regiões nas quais mais recentemente vêm sendo consolidadas certas “especializações”, as articulações tendem a ocorrer mais fortemente com o comércio internacional. Assim se verificou com a exploração mineral e com a produção metalúrgica no Pará e Maranhão, e com segmentos industriais sulinos voltados para exportação. É provável que a articulação de muitos deles venha a ser mais intensificada com a consolidação do Mercosul.

**Relações Comerciais** – Embora nem todas as regiões tenham registrado o aumento do seu coeficiente de exportações, o que significaria uma maior abertura para o exterior, ocorreram transfor-

<sup>38</sup> OLIVEIRA; LA CROIX

<sup>39</sup> CASTRO; FONSECA.

<sup>40</sup> MARTINE; DINIZ.

mações relevantes, nas últimas décadas, nas relações comerciais internacionais das regiões. Todas elas ampliaram os fluxos comerciais, com o Sul e o Sudeste abrindo-se significativamente para o comércio internacional. Em termos de dólares correntes, o Sudeste passa do nível de exportação de 1,6 bilhão em 1970 para 18,9 bilhões em 1990 (o seu coeficiente de exportações praticamente duplicou neste intervalo); o Sul, de 0,7 bilhão para 6,8 bilhões, nesses mesmos anos. O Nordeste, de 0,4 bilhão em 1970 para 1,5 bilhão em 1990. O Norte, de 83 milhões de dólares para 1,8 bilhão, nos mesmos anos. O País em seu conjunto passou de 2,8 bilhões para 31,1 bilhões. A desaceleração, crise e instabilidade do mercado interno, associadas às políticas voltadas para a exportação e para geração de divisas, são os fatos que estão por trás das cifras anteriormente apresentadas.

Além desse, dois outros processos vinculados ao comércio regional devem ser mencionados. O primeiro diz respeito ao fato de que ocorreram mudanças relevantes na composição ou pauta das exportações das regiões brasileiras. A crescente inserção da economia brasileira no comércio internacional vem ocorrendo através das exportações de produtos manufaturados em detrimento dos produtos básicos, os quais, em décadas passadas, caracterizavam o perfil exportador do País. Para se ter uma idéia, a participação dos produtos básicos na pauta de exportações brasileiras passou de 54,7% em 1970 para 28,2% em 1990.

No Sudeste, considerando-se os anos 1975 e 1990, a exportação de manufaturados passou de 48% para 64%; no caso particular de São Paulo, de 65,5% para 82,6%. No Nordeste, os manufaturados passam de 12,9% para 44,9%; no Sul, de 21% para 47,4%. No Centro-Oeste e no Norte, não se observa processo similar. Os dados permitem visualizar as transformações ocorridas nas regiões, nas últimas décadas, embora a classificação agregada da pauta esconda diversas formas de articulação internacional das várias regiões.

O segundo processo diz respeito aos saldos comerciais com o exterior. Seu exame, considerando várias décadas, revela que as regiões menos industrializadas (notadamente Nordeste, Sul e Centro-Oeste) seguem desempenhando a função de economia geradora de saldos comerciais positivos – e de “capacidade para importar”, segundo Furtado,<sup>41</sup> inclusive ampliando a geração de superávits a partir dos anos 80. No entanto, a grande mudança verificada diz respeito ao comportamento do Sudeste (região que tradicionalmente registrava saldos negativos no comércio internacional e saldos positivos no inter-regional), que, a partir dos anos 80, apresenta saldos positivos no seu comércio internacional, associados às políticas e aos interesses anteriormente considerados. O comércio internacional

<sup>41</sup> No final dos anos 50, quando me detive no estudo da problemática do Nordeste, chamei a atenção para o fato de que a região mais pobre do País transferia para a mais rica - esta no processo de rápida industrialização - o recurso econômico mais escasso e estratégico do ponto de vista do desenvolvimento econômico: a capacidade de importar. (FURTADO, Celso. *A construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 12*)

passou a ser, para o conjunto do País e para cada região em particular, um apoio fundamental na sustentação dos seus níveis de produção, à medida que a desaceleração, a crise, a instabilidade e a necessidade decorrentes dos compromissos externos tornavam-se mais agudas.

Uma última transformação, neste particular, merece, ainda, referência. Não obstante as dificuldades para se trabalhar o tema da maior importância que é o das relações comerciais entre as regiões, em razão da quase ausência de informações, alguns dados permitem explorar a evolução recente do Sudeste e em particular de São Paulo. O que as informações sugerem é que São Paulo, que sempre teve saldos positivos com as demais regiões, registram uma diminuição gradativa entre 1980 e 1985, passando de 19,3% do PIB para 5,9% (tabela 5). Isto ocorre, simultaneamente, com a passagem da presença de saldos negativos para o registro de saldos positivos no comércio internacional, e com o aumento do coeficiente das exportações para o comércio internacional.

TABELA 5 - COEFICIENTES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E POR VIAS INTERNAS EM SÃO PAULO - 1975/1985

COMÉRCIO	COEFICIENTES		
	1975	1980	1985
Comércio Internacional			
Exportação	5,3	7,5	9,7
Importação	16,1	12,3	6,8
Diferença	-10,8	-4,8	+2,9
Comércio por Vias Internas			
Exportação	28,1	42,6	27,8
Importação	16,0	23,3	21,9
Diferença	+12,1	+19,3	+5,9
TOTAL			
Exportação	33,4	50,1	37,5
Importação	32,1	35,6	28,7
Diferença	+1,3	+14,5	+8,8

FONTES: CACEX, Secretaria da Receita Federal  
 NOTA: Percentual calculado sobre o PIB.

O que sugerem os dados é que a economia estadual mais industrializada do País, que tem um papel da maior relevância na articulação comercial e na integração produtiva dos demais estados brasileiros, vem se abrindo mais para o exterior do País – da perspectiva das exportações – e se fechando mais em relação às demais regiões. Esse processo não significa, seguramente, uma desarticulação da economia nacional ou do seu mercado interno. No entanto, ele aponta para novas formas de articulação regional, fortemente associada aos processos anteriormente referidos de desconcentração espacial, diversificação industrial de regiões periféricas, maior aber-

tura para o comércio internacional e as dificuldades econômicas vividas pelo País.

**Mercado de Trabalho e População** – As mudanças ocorridas se traduziram em impactos consideráveis sobre o mercado de trabalho e sobre as populações das regiões. De modo geral, no que se refere ao emprego, continuou a redução da participação do emprego agrícola em todas as regiões, em favor do emprego industrial e dos serviços, este notadamente a partir dos anos 80, com a crise e instabilidade econômica. Cresceu significativamente, nos anos 70, o assalariamento da mão-de-obra (% de empregados sobre o total das pessoas ocupadas) em todas as regiões, para em seguida, nos anos 80, registrar-se seu declínio relativo, em favor do trabalho autônomo (no Sudeste), do trabalhador sem remuneração (no Sul, Nordeste e Sudeste), sugerindo o avanço da “precarização” das relações de trabalho na referida década.

Relativamente ao mercado de trabalho que se poderia considerar formal (aquele registrado pelo Ministério do Trabalho a partir da RAIS, relação anual de informações sociais), o que se constata, nos anos 80, é uma expansão maior do nível de emprego no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, relativamente à quase estagnação, entre 1980 e 1988, para o Sudeste e Sul.<sup>42</sup>

O que vale ressaltar é que as diferenças quanto às relações de trabalho, cobertura previdenciária, nível de salário são ainda marcantes, quando se considera o Sudeste (e em alguns aspectos o Sul) relativamente às demais regiões. Só para dar uma idéia, no Sudeste cerca de 63,7% das pessoas empregadas contribuíam para a previdência e o percentual dos que ganham até um salário mínimo aproxima-se de 18,2%. No Nordeste, tais cifras eram, respectivamente, 28,9% e 41,2%, em 1990. No Sul, 49,8% e 15,9%. O nível de assalariamento (% de pessoas empregadas) era de 73% no Sudeste, contra 54,6% no Nordeste e 56,7% no Sul.<sup>43</sup>

Relativamente à população, os dados recentes registram mudanças muito importantes.<sup>44</sup> Os pontos mais relevantes a considerar são os seguintes: (i) na última década registrou-se para a região Norte e Centro-Oeste um crescimento demográfico bem mais intenso do que o observado para as demais regiões, embora isto se verifique com intensidade cada vez menor; (ii) pela primeira vez o aumento populacional absoluto da região Norte foi maior que o da região Sul e que o ocorrido no Centro-Oeste; (iii) a queda do ritmo de crescimento da população do Sudeste merece destaque, sobretudo pelo fato de que, desde a década de 40, registrou uma taxa menor que a do Nordeste; (iv) comparativamente com a década de 70, nesta última década, ou

<sup>42</sup> GUIMARÃES NETO, *Desigualdades regionais...*

<sup>43</sup> Para exame mais detalhado, ver GUIMARÃES NETO, *Desigualdades regionais...*

<sup>44</sup> MARTINE, George. *A evolução espacial da população brasileira e suas implicações regionais*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

melhor, no último período intercensitário (1980-91), houve uma inversão de tendências anteriormente observadas: forte redução do crescimento populacional do Sudeste (de 2,64% ao ano entre 1970-80 para 1,76% entre 1980 e 1991) e maior estabilidade do crescimento da população nordestina (de 2,16% para 1,82%); (v) vale o registro da complementaridade existente entre o Sudeste e Nordeste no que se refere à migração: a recessão quase permanente da década reduziu o ímpeto da migração ao Sudeste, ocasionando maior retenção da população nordestina no interior da própria região e até provocando migração de retorno; (vi) com relação à região Sul, deve-se registrar o processo de expulsão de população, notadamente do contingente rural do Paraná e Rio Grande do Sul.<sup>45</sup>

**Condições de Vida** – De início cabe registrar que, em termos absolutos, em todas as regiões, tanto na fase de expansão econômica dos anos 70 como nas dificuldades econômicas dos anos 80, houve melhoria dos indicadores sociais: esperança de vida, mortalidade infantil, instrução e saneamento básico. No entanto, isto ocorreu de modo desigual e com perdas de intensidade nos anos 80.

Uma primeira observação a fazer é que, apesar da convergência entre os produtos médios por habitantes que se constatou anteriormente, quando foram consideradas as diferentes regiões e estados, essa tendência não é observada para todos os mais relevantes indicadores sobre o nível de vida.

De fato, quando se considera, para ilustrar, a esperança de vida, o que se constata é, a exemplo do que se observou para o produto per capita, que tais indicadores tendem a apresentar uma convergência, com os valores regionais tendendo para a média nacional, com o decorrer dos anos.<sup>46</sup> As informações sobre a evolução da mortalidade infantil nas regiões revelam um padrão divergente: o Nordeste, por exemplo, possuía uma taxa de mortalidade infantil 29% acima da nacional em 1970, e registrou uma cifra 52% superior em 1985 e 68% em 1988. Evolução distinta apresenta o Sul e o Sudeste, que se distanciaram, cada vez mais, das taxas das regiões de menor renda. Apesar da melhoria sistemática da incidência absoluta da mortalidade infantil, isso ocorreu de modo desigual e num padrão divergente entre as regiões de níveis distintos de renda.

O mesmo padrão divergente foi encontrado para os indicadores referentes aos níveis de instrução e para as condições de saneamento básico dos domicílios.<sup>47</sup>

Inexiste, portanto, um padrão único de desempenho, neste particular, o que ressalta a complexidade encontrada quando se

<sup>45</sup> MARTINE, A evolução espacial...

<sup>46</sup> GUIMARÃES NETO, Desigualdades regionais...

<sup>47</sup> GUIMARÃES NETO, Desigualdades regionais...

pretende relacionar as tendências desses indicadores com as da dinâmica econômica. Constata-se, portanto, que a maior expansão do produto por habitante não se traduziu proporcionalmente na melhoria das condições de vida, ao menos não uma melhoria que alcançasse todos os aspectos que definem as condições de vida. Na realidade, há um conjunto de mediações a ser considerado. Tais mediações estão associadas às formas diferenciadas através das quais o Estado brasileiro, em suas três esferas, atua por meio de políticas sociais e compensatórias. Além disso, é importante considerar, no contexto da evolução econômica ocorrida, as formas diferenciadas, segundo os espaços regionais brasileiros, de concentração de renda e de apropriação dos resultados da atividade econômica entre as classes sociais e os agentes que desempenham função estratégica no processo produtivo em cada região.

As informações disponíveis sobre pobreza se prestam, mais que outros indicadores, para traduzir a evolução das condições de vida nas regiões nas últimas décadas.<sup>48</sup> As constatações mais importantes são as seguintes:

- a) ocorreu uma redução significativa do número absoluto e da participação relativa da população pobre no Brasil, entre 1970 e 1980: no primeiro ano 54,1% da população brasileira estava abaixo da linha da pobreza, e em 1980, 24,8%; a população pobre passou de 44,7 milhões de pessoas para 29,4 milhões;
- b) nos anos 80, de crise e instabilidade, o número de pobres voltou a se aproximar do que fora no início dos anos 70: 44,8 milhões em 1988 (sem contar a população rural da região Norte), o que representa 32,5% da população total do País;
- c) a evolução regional foge, em muitos casos, da média nacional, sobretudo quando se considera a partição rural/urbana;
- d) para os anos 70, os dados mostram que as regiões de maior nível de renda por habitante reduziram mais intensamente que as demais os seus níveis de pobreza: o confronto da evolução dos dados do Nordeste (de 76,8% em 1970 para 49,6% em 1980) e Norte (59,3% e 30,9%) com o Sudeste (37,7% e 12%) ou Sul (51,4% e 18,2%); tal trajetória fica mais clara quando se faz referência à participação das regiões no total dos pobres do País: o Norte passa de 4,2% em 1970 para 5,9% dez anos depois, o Nordeste de 43,5%

<sup>48</sup> As informações aqui utilizadas foram elaboradas por Tolosa para 1970, 1980 e 1988, que definiu como linha de pobreza o nível de 1/4 do salário mínimo vigente no País em 1980, corrigindo esse valor para os diversos anos pelo IGP-DI. Isto significa que foi considerada pobre a pessoa cujo rendimento familiar, per capita, estava abaixo da cifra equivalente a um quarto do salário mínimo vigente em 1980. Para 1988 não estão disponíveis informações para a população rural da região Norte. TOLOSA, H. C. Pobreza no Brasil: uma avaliação nos anos 80. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). *A questão social no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1991.

para 56,6%, o Sudeste de 29,5% para 20,3% e o Sul de 16,9% para 11,3%;

- e) para os anos 80, é bem distinta a trajetória, não somente por ter ocorrido um crescimento absoluto dos níveis de pobreza, mas também por ter alterado a posição relativa das regiões, no sentido contrário ao verificado na década anterior; o impacto maior da crise sobre as economias regionais mais industrializadas se refletiu na ampliação relativa da pobreza no Sudeste: passou de 20,3% em 1980, como se assinalou, para 25,5% em 1988; em igual período, o Nordeste passa de 56,6% para 53%.

Um balanço das duas décadas mostra uma maior concentração da pobreza no Nordeste, que, apesar da maior expansão do produto por habitante, não conseguiu reduzir sua participação relativa no número de pobres no País. Além disso, o que se constata é que a pobreza brasileira passou a ser cada vez mais urbana: representava 35% em 1970 e passou a significar 50% em 1988.

O caso nordestino também chama a atenção pelo fato de a pobreza rural manter-se estabilizada em termos absolutos, enquanto o contingente urbano amplia-se em mais de 60% no período total considerado. Uma explicação para isto pode estar na associação deste fato com a reduzida emigração para as demais regiões, sobretudo o Sudeste, que tradicionalmente constituiu o mecanismo compensatório para a crônica incapacidade de o Nordeste absorver produtivamente sua força de trabalho. Esta região passou a reter em suas próprias fronteiras, mais precisamente nos centros urbanos, parcela importante da população que saiu do meio rural. Cabe aqui fazer referência a trabalhos de demógrafos,<sup>49</sup> que apontam no sentido de uma diminuição dos contingentes demográficos originários do Nordeste. Algumas estimativas mostram que se nos anos 70 saíram do Nordeste cerca de 3 milhões de pessoas, nos anos 80 teria saído, aproximadamente, 1,6 milhão. Com isto a taxa líquida negativa de migração teria apresentado redução de 10,3% para 4%.<sup>50</sup>

**Limites e Tendências Prováveis** – Não obstante o significado que teve esse processo de desconcentração espacial da atividade produtiva, ele tem limites muito estreitos e por isso merece ser mais qualificado.

O seu significado maior decorre do fato de que a partir da segunda metade dos anos 70 assiste-se no País a um processo de reversão de uma polarização que vinha se consolidando e se intensi-

<sup>49</sup> MARTINE, George. *Mobilidade geográfica da população brasileira: tendências recentes e perspectivas*. Brasília: s.n., 1993; MARTINE, A. *evolução espacial...*; MARTINE, George; WONG, Laura. *Demografia*. Brasília: Projeto Áridas, 1994.

<sup>50</sup> MARTINE; WONG.

ficando há um século, desde os primórdios da industrialização, ou antes mesmo, quando o complexo cafeeiro se firma como eixo econômico capaz de gerar dinamismo e diversificar a economia nacional.

Os limites desse processo de desconcentração dizem respeito a vários aspectos, alguns já mencionados anteriormente. Ele não alterou significativamente o padrão nacional de concentração espacial nem o da divisão regional do trabalho vigente há décadas, desde a montagem e consolidação da indústria nacional. E, em decorrência, não modificou significativamente a grande heterogeneidade e desigualdade espacial vigente na economia nacional, da perspectiva de qualquer dos indicadores econômicos e sociais mais relevantes. Os dados da tabela 1 são muito enfáticos a respeito.

Além disso, como já se assinalou, esse processo ocorreu, até o presente, em um prazo extremamente curto – da segunda metade do anos 70 para cá – e num contexto de desaceleração, de crise e instabilidade econômica no qual tenderia, evidentemente, a se esgotar. Junte-se a isto o fato de que este processo ocorreu no quadro de uma crise fiscal e financeira do Estado brasileiro das mais graves em toda sua história. Quando se leva em conta o papel que o setor público teve, historicamente, no desenvolvimento econômico nacional, tanto nas políticas das quais resultaram a concentração espacial da atividade produtiva quanto nas que resultaram na sua desconcentração, percebem-se os limites estreitos desse processo recente de reversão da polarização.

A desconcentração ocorrida, como se assinalou em várias oportunidades, foi extremamente seletiva não apenas do ponto de vista espacial mas também setorial. As regiões e os estados menos industrializados tendem a se articular através de “especializações” de suas economias, no quadro de uma divisão de trabalho mais geral. Ademais, algumas dessas “especializações” foram responsáveis pela desarticulação de espaços regionais maiores, conforme mostram alguns estudos recentes.<sup>51</sup>

Algumas análises têm mostrado, além disso, que o principal processo de desconcentração ocorrido – o da área metropolitana de São Paulo em direção do interior do próprio estado, do Sul e de Minas, sobretudo – tenderia a intensificar, em uma região mais ampla, o crescimento demográfico e a concentração econômica.<sup>52</sup>

Por fim, vale lembrar que indicadores mais atuais, referentes ao final dos anos 80 e início dos 90, assinalam a perda de fôlego do processo de desconcentração em favor da regiões menos industrializadas.<sup>53</sup> Além disso, como foi mencionado anteriormente, estudos

<sup>51</sup> BUARQUE; LOPES; ROSA. *Integração fragmentada...*; ARAÚJO. *Nordeste...*

<sup>52</sup> DINIZ; SANTOS.

<sup>53</sup> GUIMARÃES NETO. *O grande capital...*; MARTINE; DINIZ; DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Maurício Borges. *Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: PARA a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília : IPEA/IPLAN, 1990.*

como o de Wilson Cano fez referência à inflexão do processo de desconcentração a partir da segunda metade dos anos 80.<sup>54</sup>

Uma indagação a respeito das tendências futuras relacionadas com a questão regional brasileira comporta, pelo menos, duas perspectivas. Uma primeira relacionada com o equilíbrio federativo, a partir da análise sobre as desigualdades regionais, e outra, com a continuidade ou não do processo de desconcentração ou a possibilidade de reconcentração.

No que se refere ao equilíbrio federativo, o que se pode assinalar é que as tensões latentes e manifestas que se estabelecem entre os espaços diferenciados tendem, em momento de crise e instabilidade econômica e no momento em que o Estado entra em colapso, a comprometer tal equilíbrio até então existente, quando tais tensões eram controladas ou contornadas enquanto a economia se expandia e o Estado detinha somas de recursos que lhe permitiam atender às pressões políticas localizadas.

Acrescente-se a essa situação de crise econômica e de crise fiscal e financeira do Estado, na qual se tornam mais agudas as tensões, o fato de que as próprias mudanças geradas pelo processo de desconcentração e pelas políticas em curso, ao desarticularem espaços anteriormente integrados, constituem fatores adicionais de tensão e de dificuldades de negociação dos impasses e contradições existentes. Do ponto de vista regional, os exemplos mais patentes desse processo são os do Nordeste, do Norte e do Sul, de acordo com os estudos realizados no âmbito do subprojeto antes referido.<sup>55</sup>

No caso do Nordeste, o pacto federativo que vigorou até recentemente aplainou as contradições e divergências entre os grupos hegemônicos regionais através da mobilização de fundos públicos e estímulos fiscais e financeiros. Com as mudanças ocorridas na região, fica difícil definir os representantes dos distintos interesses e os negociadores imprescindíveis na constituição do novo pacto. Como foi assinalado em estudo recente, “o Nordeste mudou, tornou mais diversificada a sua base produtiva, acolheu atores sociais e capitais de fora da região, criou e consolidou focos de modernização e integrou-se mais à dinâmica nacional”.<sup>56</sup>

Com contornos próprios, mas com algumas semelhanças, isto aconteceu, também, na região Norte. Neste caso, o processo de mudanças e transformações foi promovido a partir da mobilização de um elenco diversificado de mecanismos de política econômica que caracterizou uma intervenção estatal complexa e, na maioria das vezes, contraditória. Tal intervenção foi responsável pelo redesenho da economia regional, ampliando sua heterogeneidade.<sup>57</sup>

<sup>54</sup>CANO.

<sup>55</sup> BUARQUE; LOPES; ROSA. *Integração fragmentada...*; ARAÚJO. *Nordeste...*; BANDEIRA. *Evolução recente...*

<sup>56</sup> ARAÚJO

<sup>57</sup> BUARQUE; LOPES; ROSA.

Esse modelo de ação governamental na Amazônia, ao lado dos problemas institucionais que criou, contribuiu para acentuar a fragmentação regional. Seus exemplos mais evidentes: o deslocamento da Amazônia Oriental do conjunto da região, constituindo um eixo geográfico e econômico que integra cada vez mais o Pará, no Norte, com o Maranhão, no Nordeste; a formação de um outro eixo na Amazônia na Amazônia Ocidental, articulando o Estado de Rondônia com a parte norte da região Centro-Oeste, sobretudo com o Mato Grosso. Some-se a isto o pólo econômico da Zona Franca de Manaus, com forte articulação com o resto do País e limitada integração com a região Norte e mesmo com a Amazônia Ocidental.<sup>58</sup>

Duas são as evidências dessa fragmentação regional. De um lado, o surgimento de uma nova proposta de regionalização do território, na qual se destaca a criação do Estado de Carajás e de novos territórios: Trombetas (noroeste do Pará), Alto Rio Negro (sudoeste do Amazonas) e o Estado de Tapajós (sudoeste do Pará).<sup>59</sup> De outro lado, vinculado ao anterior, alguns processos diferenciados que seguramente repercutirão sobre a estrutura político-administrativa: (i) os movimentos autonomistas internos, estimulados pela fragmentação do espaço regional; (ii) os movimentos voltados para a criação de novos estados, defendendo o desmembramento daqueles de maior dimensão territorial; e (iii) a multiplicação de municípios, um complicador adicional na distribuição de recursos públicos.<sup>60</sup>

No que se refere ao Sul, o estudo desenvolvido no âmbito do subprojeto dá destaque à crescente integração da região com a economia internacional, simultaneamente com a redução de sua articulação com as demais regiões.<sup>61</sup> Isto, associado à exigência de condições que garantam a maior competitividade internacional da região, num contexto de redução dos gastos federais, amplia o espaço de aceitação na opinião pública regional de idéias regionalistas que denunciam a suposta discriminação do Governo central no aporte de recurso. O estudo agrega que a exacerbação de tensões regionais no contexto do federalismo brasileiro poderá vir a ter sua expressão mais evidente na região Sul, no caso de as políticas econômicas federais virem a comprometer a crescente articulação do Sul com os países integrantes do Mercosul.<sup>62</sup>

Relativamente à questão da perspectiva da continuidade ou da desconcentração, ou do seu reverso, um novo período de concentração espacial, uma resposta adequada passa pelo exame de três temas. O primeiro refere-se ao perfil que venha a ser assumido pelo Estado brasileiro, no quadro da reestruturação pretendida. Se de tal reestruturação resultar um Estado mínimo, como apregoado pelo liberais,

<sup>58</sup> BUARQUE; LOPES; ROSA.

<sup>59</sup> BUARQUE; LOPES; ROSA.

<sup>60</sup> BUARQUE; LOPES; ROSA.

<sup>61</sup> BANDEIRA, *Evolução recente...*

<sup>62</sup> BANDEIRA, *Evolução recente...*

o que significa dizer sem capacidade reguladora sobre as forças do mercado que tendem, num contexto heterogêneo – heterogeneidade econômica, social e espacial –, a reforçar as desigualdades, seguramente o que se vai assistir é a um processo de reconcentração que seria a seqüência natural da fase de perda de fôlego detectada por alguns analistas. Uma outra forma de Estado poderia dar lugar ao reforço e consolidação dos pólos, complexos e das “especializações” regionais, o que significaria a continuidade do processo de reversão da concentração ocorrida recentemente. É evidente que o fato de existir um Estado ativo, capaz de intervir no funcionamento do mercado, constitui apenas uma pré-condição para uma atuação no sentido de corrigir as diferenças e as desigualdades. A experiência brasileira recente, até a fase do “milagre econômico”, mostrou como um Estado capaz de intervir decisivamente na economia pode constituir um instrumento de reforço das desigualdades regionais.

Essa questão anterior está, sem dúvida, intimamente associada ao processo de privatização. Para várias regiões e espaços regionais, sua trajetória é dada pelo setor público e sua estratégia de atuação, que, em muitos casos, pode ser distinta daquela seguida pelos grupos econômicos privados, sejam nacionais ou estrangeiros.

Um segundo tema diz respeito à abertura econômica. Tratando-se de regiões heterogêneas e diferenciadas, econômica e socialmente, o impacto de uma maior exposição das suas estruturas regionais à competição internacional poderá ser diferenciado, pelos impactos positivos ou negativos que poderão decorrer dessa maior abertura. Quer se trate de uma abertura “gratuita”, como parece ser a pretendida pelas correntes liberais, que têm mais voz presentemente, quer uma abertura “negociada”, como parece ser o caso da China no seu processo de integração à economia mundial, na qual são fixadas regras setoriais e espaciais de comportamento dos agentes econômicos, não parece que existam elementos muito seguros para se fixar tendências futuras. O que se pode acrescentar, no caso específico do Mercosul, é que o processo de integração poderá constituir um reforço à “desconcentração concentrada”, que tenderá a consolidar a nova área industrial, nos termos admitidos por Diniz e Santos.<sup>63</sup>

A proximidade dos mercados de maior dimensão dos países que integram o Mercosul, ao lado da tradição industrial e da maior capacidade tecnológica de reestruturação das suas atividades produtivas, poderá constituir vantagens comparativas no sentido de concentrar, nessa área maior, a atividade industrial do País.

<sup>63</sup> DINIZ; SANTOS.

Um terceiro tema diz respeito ao padrão tecnológico que deverá prevalecer no futuro. A primeira idéia que surge é que a região e as áreas mais industrializadas, em razão da maior capacidade tecnológica que foi acumulada no decorrer da montagem da sua complexa estrutura industrial, da sua maior articulação e integração com a economia internacional, serão bem mais capazes que as demais regiões de adotar os novos processos tecnológicos e de competir mais eficazmente neste novo contexto. Neste sentido, as mudanças em processo associado ao novo padrão tecnológico tenderiam a provocar uma maior concentração industrial nas áreas já industrializadas.

Outros argumentos poderiam ser adotados no sentido de qualificar o que se afirmou anteriormente. Embora se trate de “especializações”, a que se assinalou para as regiões menos industrializadas, não se pode minimizar o papel que, no futuro, poderão ter alguns pólos, complexos ou aglomerados industriais que foram montados fora do Sudeste nas últimas décadas (o químico, centrado na Bahia, que envolve Alagoas e Sergipe; o mineral e siderúrgico do Pará, que envolve Maranhão; o agroindustrial, do submédio São Francisco, que envolve Pernambuco e Bahia; a diversificação industrial ocorrida nas regiões metropolitanas nordestinas; o pólo eletroeletrônico de Manaus; além daqueles relacionados para a região Sul, que possui uma estrutura industrial relativamente complexa). Algumas experiências mais recentes ocorridas na Europa registram uma nova dinâmica de desenvolvimento industrial baseado no que se convencionou chamar de “sistemas industriais localizados”, que vêm consolidando um processo de desconcentração industrial em alguns países.<sup>64</sup> Por outro lado, a abertura poderá implicar a perda do mercado “cativo” que o estado e a região mais industrializada sempre tiveram, garantindo o escoamento de parte significativa de sua produção. Neste particular, não se pode descartar novas formas de articulação entre partes do território nacional e a economia mundial.

Muitas dessas questões ainda estão em aberto e deverão permanecer assim até que se consolidem as transformações políticas e econômicas em curso.

<sup>64</sup> ENSAIOS FEE. Porto Alegre: FEE, v.13, n.1, 1993.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.). **O Brasil social : realidades, desafios, opções.** Rio de Janeiro : IPEA, 1993.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; VILLELA, Renato. **O Brasil social : um balanço de duas décadas.** In: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.). **O Brasil social : realidades, desafios, opções.** Rio de Janeiro : IPEA, 1993.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste : evolução recente da economia regional.** São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. **Evolução recente da economia da Região Sul.** São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.
- BANDEIRA, Pedro Silveira; GRUNDLING, Nilton Artur. **Distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul : década de 70.** Porto Alegre : FEE, 1986.
- BUARQUE, Sérgio C.; LOPES, Antéro Duarte; ROSA, Teresa Cativo. **Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte.** São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.
- CANO, Wilson. **Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil.** São Paulo : FUNDAP/IESP, 1995. Texto apresentado no Seminário Internacional Impasses e Perspectivas da Federação no Brasil, 1995, São Paulo.
- CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. **Potencial do agrobusiness na fronteira.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos de Jordão. **Anais do...** Campos de Jordão : ANPEC, 1992. v.1, p.171-188.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Impactos econômicos territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia.** In: COSTA, José Marcelino da (Org.). **Amazônia - desenvolvimento ou retrocesso.** Belém : CEJUP, 1992.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da (Org.). **Os grandes projetos da Amazônia : impactos e perspectivas.** Belém : UFPA/NAEA, 1987. (Cadernos NAEA/UFPA).
- DINIZ, Clélio Campolina. **Capitalismo, recursos naturais e espaço : análise do papel dos recursos naturais e dos transportes para a dinâmica geográfica da produção agropecuária e mineral no Brasil e seus efeitos no padrão regional brasileiro.** Campinas, 1987. Tese (Doutorado) UNICAMP.

- DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Maurício Borges. **Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil**. In: PARA a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília : IPEA/IPLAN, 1990.
- DINIZ, Clélio Campolina; SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. **Região Nordeste : desempenho econômico, heterogeneidade estrutural e perspectivas**. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.
- ENSAIOS FEE. Porto Alegre : FEE, v.13, n.1, 1993.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Desigualdades regionais no desenvolvimento do Brasil : década de 70 e anos 80**. Recife : FUNDAJ/INPSO/ECONO, 1990. Relatório final.
- FURTADO, Celso. **A construção interrompida**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- GALINDO, Osmil; MONTEIRO, Valdeci. **Centro-Oeste : evolução recente da economia regional**. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.
- GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino : 1960/1994**. Brasília : IPEA, 1995. (Texto para discussão,372).
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades regionais e federalismo : exame conjunto das regiões brasileiras**. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **O grande capital vai à periferia : regiões, conglomerados, grandes empresas e o estado**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA , 21., 1993, Belo Horizonte. **Anais do...** Belo Horizonte : ANPEC, 1993. v.1.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife : FUNDAJ : Massangana, 1989.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Regiões e grandes empresas no Brasil : um estudo exploratório**. Recife : CNPq, 1993.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O mapa da fome : subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Brasília : IPEA, 1993.
- KASZNAR, Istvan Karoly. **Análise da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) por estados - 1970/1990**. Rio de Janeiro : s.n., 1990.
- LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Estado e capital transnacional na Amazônia : o caso da Albrás-Alunorte**. Belém : UFPA, 1989.

- MACHADO, Paulo Fernando. **O pólo siderúrgico de Carajás : gênese de uma nova região industrial?** Belém : UFPA, 1992.
- MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e desenvolvimento regional : a nova indústria do Nordeste.** Brasília : IPEA/IPLAN, 1983.
- MARTINE, George. **A evolução espacial da população brasileira e suas implicações regionais.** São Paulo : FUNDAP/IESP, 1994.
- MARTINE, George. **Mobilidade geográfica da população brasileira : tendências recentes e perspectivas.** Brasília : s.n., 1993.
- MARTINE, George; DINIZ, Clélio Campolina. **Concentração econômica e demográfica no Brasil : recente inversão do padrão histórico.** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.11, n.3, p.121-138, jul./set. 1991.
- MARTINE, George; WONG, Laura. **Demografia.** Brasília : Projeto Áridas, 1994.
- NEGRI, Barjas. **A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990).** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos de Jordão. **Anais do...** Campos de Jordão : ANPEC, 1992. v.2.
- OLIVEIRA, Evangelina X. G. de; LA CROIX, Luisa Maria. **Áreas industriais : uma proposta de inovação na produção de estatísticas.** Rio de Janeiro : IBGE/DGC/DEGEO, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** 3.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A metamorfose da arribaçã : fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste.** *Novos Estudos*, São Paulo : CEBRAP, n.27, p.67-92, jul. 1990.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Rio de Janeiro: mercado em crise?** *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.47, n.7, p.35-39, jul. 1993.
- SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo : 1920-1980.** São Paulo : SEADE, 1988. (Coleção economia paulista, v.1, n.2). Convênio UNICAMP.
- TOLOSA, H. C. **Pobreza no Brasil : uma avaliação nos anos 80.** In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **A questão social no Brasil.** São Paulo : Nobel, 1991.